

Ex-cativos dos BA's entregues aos seus Governos

24/12/86

De manhã, numa cerimónia havida no Hotel Rovuma, em Maputo, foram entregues 57 cidadãos pelo Governo do nosso País às respectivas missões diplomáticas. A primeira hora da madrugada de hoje, na sala do VIP-2 do Aeroporto Internacional do Maputo, meia hora depois do avião ter aterrado, o Governo do nosso País fez a entrega de mais oito cidadãos estrangeiros às respectivas missões diplomáticas. Terminava assim, na capital da República Popular de Moçambique, uma estranha odisséia que todos eles, entre homens e mulheres de todas as idades, incluindo muitas crianças, viveram no doloroso cativeiro dos bandidos armados da África do Sul, depois de terem ficado despojados da maior parte dos seus bens e haveres.

Os oito cidadãos entregues às primeiras horas de hoje, haviam sido libertados pelos bandidos armados no dia 22 depois de negociações entre os terroristas e a Cruz Vermelha Internacional, tal como havia acontecido com o outro grupo.

Este grupo havia sido raptado em 8 de Setembro passado na vila de Ulongué, na Angónia, ficando no cativeiro 45 dias. Eles, os portugueses Orlando Basso, e os religiosos José de Lima, Joaquim Barata e António Reis, o alemão Robkamp Robert e sua esposa, a peruana Maria Isabel Torres Munoz, e o inglês Alexander Ian Robertson. Também há a filha do casal, a menor Karen Isabel.

Robert era o director do projecto da batata-semente realizado sob a cooperação com a CEE. Robertson estava a trabalhar nesse projecto; tal como Orlando Basso. A Sra. Maria Isabel, acompanhada da filha, tinha-se deslocado por um período de uma semana a Ulongué para visitar o marido, quando os bandidos armados procederam ao rapto dos cidadãos estrangeiros.

O Dr. Eduardo Koloma, Director para os Assuntos Jurídicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros, esteve no aeroporto, onde explicou aos cidadãos estrangeiros, a razão por que se encontram em Maputo. Ela pretende-se a um entendimento entre os Governos de Moçambique e do Malawi.

CERIMÓNIA DO ROVUMA

Envolvidos na cerimónia, que teve lugar no Hotel Rovuma, em Maputo, onde os reféns permaneceram desde a sua chegada na passada sexta-feira, contam-se 35 cidadãos portugueses, cinco paquistaneses, dois mauricianos e dois cidadãos cabo-verdeanos.

Um total de 57 indivíduos haviam sido entregues na passada sexta-fei-

ra às autoridades moçambicanas. Dos 57 referidos, 13 são moçambicanos.

Inicialmente, teria sido dito que os 57 indivíduos eram estrangeiros e a organização da Cruz Vermelha Internacional, à qual foram entregues os reféns, fez referência na sua lista a 43 portugueses, 10 paquistaneses, dois mauricianos e dois Cabo-verdeanos.

Contudo, cinco dos cidadãos mencionados como paquistaneses são na realidade moçambicanos, bem como oito que inicialmente haviam sido referenciados como portugueses. A confusão sobre estes oito relaciona-se como facto de haver uma relação familiar de união «de facto» entre cidadãos moçambicanos e portugueses. De acordo com a Lei moçambicana da Nacionalidade, a mulher moçambicana perde a sua nacionalidade, se casar com um cidadão estrangeiro. Mas a Lei é só válida se o casamento for oficial. Para os casos de união «de facto», a mulher conserva a nacionalidade moçambicana.

Os oito moçambicanos, originalmente referidos como portugueses, são na realidade esposas de união não oficial ou legal com cidadãos portugueses, possuindo vários filhos.

Todos os antigos cativos estrangeiros foram entregues ao cuidado das missões diplomáticas dos seus países em Maputo, numa cerimónia oficial presidida pelo Dr. Eduardo Koloma, Director para os Assuntos Jurídicos e Consulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na altura, ele explicou que tinha havido um acordo entre os Governos moçambicano e malawiano, segundo o qual os reféns deveriam ser entregues aos seus respectivos países em território moçambicano.

Eduardo Koloma salientou que Moçambique tinha obrigações resultantes das relações jurídicas que mantém com os países dos quais são originários os antigos reféns. Foi na sequência dessas obrigações, que os transportou para Maputo, dando-lhes a cuidada inspecção e assistência médica a que têm direito.

Ele disse que esta não é a primeira vez que Moçambique entrega antigos reféns aos seus respectivos países e que talvez não será a última, dada a guerra de desestabilização movida contra Moçambique. Adiantou ainda que, embora a responsabilidade pelos antigos reféns estrangeiros termine com a sua entrega ao cuidado dos seus países, o Ministério dos Negócios Estrangeiros irá cooperar com as respectivas embaixadas em todos os assuntos que se relacionam com a sua repatriação.

Representantes das Embaixadas de Portugal e do Paquistão e o Consulado de Cabo Verde estiveram presentes. As Maurícias não têm representação diplomática em Maputo, mas um representante da Embaixada britânica assumiu a responsabilidade pelos dois cidadãos mauricianos.

A Embaixada de Portugal estava a tentar assegurar que a maior parte dos cidadãos portugueses consiga ir no voo de ontem, de Maputo para Lisboa. É provável que as esposas moçambicanas, que o desejarem, tenham acompanhado os seus maridos.

Quanto aos cidadãos paquistaneses, três desejam ficar em Maputo, onde têm a sua família.

Um pretende regressar a Quelimane, enquanto o quinto deseja ir para África do Sul.

Um dos antigos cativos de nacionalidade cabo-verdeana espera conseguir partir para Lisboa, enquanto o segundo tenciona esperar que membros da sua família, que se encontram ainda na Zambézia, venham juntar-se-lhe em Maputo.

A Embaixada britânica, que tem vindo a proceder aos contactos com as autoridades mauricianas, aguarda entretanto uma resposta quanto à situação dos dois cidadãos mauricianos.